



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2023

1. PREÂMBULO

1.1. A instituição **PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE**, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à Travessa do Ouvidor, nº 21, sala 503, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Cep: 20040-040, inscrita no CNPJ sob nº **40.289.134/0001-99**, através de sua Analista de Compras, Sr^a Soraya Araujo Damasco, torna público que receberá o Pedido de Credenciamento para referenciar a prestação de Serviços Médicos de Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob o critério de melhor técnica por item. Tais serviços de assistência médica estão descritos, de forma pormenorizada, especificados na Tabela de Preços do Termo de Referência (Anexo I), ao presente edital.

2. OBJETO

2.1. O objeto do presente Instrumento Convocatorio é a realização de credenciamento para referenciar e posteriormente contratar uma ou mais pessoas jurídicas para a prestação de Serviços Médicos de Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob o critério de melhor técnica por item.

3. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do credenciamento todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atendam às exigências deste Edital;

3.2. A participação no credenciamento implica automaticamente na aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, seus anexos, regulamentos e instruções;

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. É facultado a qualquer pessoa jurídica que preencher os requisitos mínimos fixados no Edital, requerer seu credenciamento, o que significa que a PRIMA QUALITÁ SAÚDE terá um cadastro da pessoa jurídica da área.

4.2. O credenciamento será feito a todas as pessoas jurídicas independentes do número de especialidades oferecidas, cabendo a PRIMA QUALITÁ SAÚDE, ora Credenciante, a solicitação dos serviços, conforme a necessidade e conveniência.

4.3. As empresas que desejarem se credenciar deverão enviar o pedido de credenciamento (modelo Anexo II) ao PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE, junto com os documentos de habilitação/qualificação técnica para o endereço no Centro de Distribuição da Associação, situado à Rua Drº Francisco de Souza, S/N – Centro – CEP. 28.800-000 - Rio Bonito/RJ de 10:00 às 17:00, aos cuidados do Departamento de Compras, que avaliará as documentações enviadas e após encaminhará para a ratificação de seu Diretor Presidente.

4.4. O prazo para recebimento dos Pedidos de Credenciamento será de 05/05/2023 até 11/05/2023 às 17:00 horas.

5. DO VALOR UNITÁRIO E DO QUANTITATIVO ESTIMADO DE CONTRATAÇÃO

www.primaqualitasaude.org

Prima Qualitá Saúde - CNPJ: 40.289.134/0001-99
Travessa do Ouvidor nº 21, Sala 503 - Centro - Rio de Janeiro – RJ - CEP 20040-040

5.1. Os Pedidos de Credenciamento para execução do Objeto deverão ser apresentados observando as especificações técnicas, valores e quantitativos estimados a seguir, complementados pelas informações constantes no Termo de Referência (Anexo I), não sendo obrigatória a apresentação de todos os itens, nem de todos os profissionais para complementar a carga horária estimada para o item que pretende apresentar proposta, para credenciamento:

Item	Descrição	Profissionais Médicos	Valor Unitário	Valor Total Mensal
1	Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional (20 Horas Semanais)	1	R\$ 20.500,00	R\$ 20.500,00

6. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

6.1. A ordem de classificação do presente credenciamento se dará com base no somatório dos pontos representados pelos seguintes critérios:

6.1.1. 01 (um) ponto por cada pós-doutorado do Responsável Médico da PROPONENTE;

6.1.2. 01 (um) ponto por cada doutorado do Responsável Médico da PROPONENTE;

6.1.3. 01 (um) ponto por cada mestrado do Responsável Médico da PROPONENTE;

6.1.4. 01 (um) ponto por cada pós-graduação e/ou especialização do Responsável Médico da PROPONENTE;

6.1.4.1. Os documentos aptos a comprovação da formação acadêmica do Responsável Médico deverão ser apresentados em conjunto com os documentos de habilitação da PROPONENTE, cabendo, a critério da Prima Qualitá Saúde, a concessão de prazo para comprovação dos cursos listados na Proposta Técnica, em respeito ao interesse público envolvido no presente credenciamento, que busca a máxima eficiência na prestação dos serviços de saúde aos municípios de Saquarema, o que se entende estar diretamente ligado a qualificação técnica dos profissionais envolvidos na sua execução.

6.2. Como critério de desempate, será utilizado o maior tempo de conclusão da formação em Medicina do Responsável Médico da CONTRATADA, tendo como marco a data de emissão do CRM para formação da ordem de classificação e o cadastro de reservas;

6.3. Caso a empresa que se classifique como primeira colocada para o credenciamento não possua em seus quadros os profissionais para completar a escala de todos os períodos, serão convocadas as empresas seguintes constantes no cadastro de reservas, respeitando a ordem de classificação, para compor as escalas nos períodos em aberto;

6.3.1. No caso de convocação das demais colocadas constantes no cadastro de reservas, fica resguardado o direito de opção por enquadramento dos seus profissionais na escala para a Empresa que tenha a melhor posição na lista de classificação.

7. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

7.1.3. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada da prova de composição da Diretoria em exercício;

7.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica – CNPJ;

7.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, se houver, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

7.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

7.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal, e da Certidão da Dívida Ativa Estadual, comprovando a inexistência de débitos inscritos, expedida pela PGE, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

7.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante;

7.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) ou do documento denominado "Situação de Regularidade do Empregador", expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

7.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT;

7.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.4. Declaração da proponente indicando o (s) Profissional (ais) médico (s) para prestação dos serviços;

7.4.1. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante;

7.5. Cópia legível da carteira de identidade profissional do médico junto Conselho Regional de Medicina CRM/RJ, indicado na declaração solicitada no subitem 6.1;

7.6. Certidão de registro e quitação dos profissionais médicos que constam no subitem 6.1 junto Conselho Regional de Medicina CRM-/RJ;

7.7. Experiência profissional na área de Medicina. Esta experiência será comprovada por meio de declaração da instituição contratante no período que exerceu a atividade e/ou currículo;

7.8. Apresentação do Diploma de Conclusão em Medicina emitida pela Instituição responsável dos médicos indicados na declaração solicitada no subitem 6.1;

7.9. Apresentação da comprovação do vínculo dos Profissionais Médicos com a PROPONENTE;

7.10. Certidão de registro e quitação do Responsável Técnico da PROPONENTE junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM);

7.11. Certidão do Registro da PROPONENTE no Conselho Regional de Medicina (CRM) emitida pelo órgão da circunscrição do domicílio ou sede da empresa.

8. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Após análise da documentação, o Departamento de Compras emitirá Relatório Conclusivo sobre a viabilidade do credenciamento. O Relatório Conclusivo será disponibilizado no endereço eletrônico www.primaqualitasaude.org em até 1 (um) dia útil após o recebimento do Pedido de Credenciamento.

9. RECURSOS

9.1. Das decisões caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação prevista no item 8.1, ficando, nesse período, autorizada vista ao processo.

9.2. A decisão será proferida dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

10. HOMOLOGAÇÃO

10.1. Os pedidos de credenciamento serão homologados pelo Diretor Presidente do PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE.

11. DA DURAÇÃO E DA SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO

11.1. A vigência do Instrumento Contratual será de 12 meses a contar de sua assinatura.

11.2. O Contrato de Prestação de Serviços oriundo da presente contratação poderá ser rescindido de forma antecipada, sem que seja devido qualquer valor à título de indenização para a CONTRATADA ou seus Prepostos além dos valores referentes aos serviços efetivamente prestados, ocorrendo a rescisão dos Contratos de Gestão gerenciados pela Organização Social Prima Qualitá Saúde, que da causa ao objeto do presente Contrato.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. As Instituições credenciadas que atenderem aos requisitos de habilitação previstos no Instrumento Convocatório serão contratadas, com base no rol de serviços apresentados em seu Pedido de Credenciamento, considerando as condições previstas neste Termo de Referência, para execução dos serviços demandados pela Contratante.

12.2. O contrato a ser firmado com as empresas credenciadas não gerará a obrigatoriedade de contratação do valor total estimado, podendo apresentar resultados em quantitativos superiores ou inferiores, o que ocorrerá de acordo com a demanda.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O presente processo seletivo se dará em atenção aos princípios constitucionais da publicidade, da economicidade, da impessoalidade, da isonomia e da transparência, e relação ao tratamento que será ofertado a todos os participantes e terceiros interessados;

13.2. Quaisquer esclarecimentos a respeito deste Instrumento Convocatório poderão ser obtidos pelo e-mail: primaqualitasaudeos@gmail.com, com até 03 (três) úteis anteriores a data prevista para entrega dos Pedidos de Credenciamento;

13.3. Impugnações e esclarecimentos quanto aos serviços e ao Edital deverão ser direcionados ao e-mail: primaqualitasaudeos@gmail.com, com até 03 (três) úteis anteriores a data prevista para entrega dos Pedidos de Credenciamento;

13.4. As empresas interessadas poderão obter informações gerais referentes ao Processo Seletivo através do site www.primaqualitasaude.org ou por meio dos telefones (22) 2653-6706, ou pelo e-mail primaqualitasaudeos@gmail.com.

13.5. A empresa interessada deverá observar rigorosamente o Instrumento Convocatório e os comunicados a serem divulgados na forma definida no mesmo.

13.6. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Instrumento Convocatório somente poderão ser feitas por meio de Instrumento Convocatório de Retificação.

13.7. A OS PRIMA QUALITÁ SAÚDE não se responsabiliza por informações de qualquer natureza, divulgados em sites de terceiros.

13.8. As ocorrências não previstas neste Instrumento Convocatório serão resolvidas a critério exclusivo e irrecorrível da PRIMA QUALITÁ SAÚDE.

13.9. A OS PRIMA QUALITÁ SAÚDE reservam-se o direito de promover as correções que se fizerem necessárias, em qualquer etapa do presente Processo Seletivo ou posterior ao mesmo, em razão de atos não previstos ou imprevisíveis.

13.10. As despesas relativas à participação em todas as etapas do Processo Seletivo correrão a expensas da própria empresa interessada, não sendo reembolsáveis ou objetos de pleitos indenizatórios.

13.11. Todos os cálculos citados neste Instrumento Convocatório serão considerados até a segunda casa decimal, arredondados e para o número imediatamente superior se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a cinco.

14. ANEXOS DO EDITAL

- I. Termo de Referência (Anexo I);
- II. Pedido de Credenciamento (Anexo II);
- III. Minuta de Contrato (Anexo III);
- IV. Modelo de declaração da proponente indicando o responsável (eis) técnico (s) geral pela prestação dos serviços (Anexo IV).

Rio de Janeiro, 04 de maio de 2023.

Soraya Araujo Damasco
Analista de Compras

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto referenciar a contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços médicos de Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob o critério de melhor técnica por item. A assistência médica a ser contratada compreende as seguintes especialidades, conforme especificações técnicas a seguir:

Item	Descrição	Profissionais Médicos	Valor Unitário	Valor Total Mensal
1	Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional (20 Horas Semanais)	1	R\$ 20.500,00	R\$ 20.500,00

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação dos serviços em tela se faz necessária objetivando o cumprimento das obrigações vinculadas aos Contratos de Gestão, firmados pela Organização Social Prima Qualitá Saúde.

2.2. Cabe ressaltar que as prestações dos serviços serão realizadas em caráter de prestação de serviços e não gera vínculo empregatício entre contratado e a Prima Qualitá Saúde, nem em face da Administração Pública Contratante desta última, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

2.3. Os valores apresentados por serviços específicos estão baseados na Proposta de Trabalho sendo atualizados pelos valores atualmente praticados na região.

2.4. O Procedimento de Seleção da Contratada observará os limites do Regulamento de Compras da Prima Qualitá Saúde em vigor, além dos princípios da economicidade, publicidade, legalidade, transparência, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade, isonomia e demais princípios constitucionais aplicáveis ao tema.

2.5. O objetivo primário da Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional é integrar as unidades de saúde, em benefício da segurança do paciente, quando forem identificadas oportunidades para aperfeiçoamento da estrutura e dos processos no cotidiano da assistência.

A Coordenação induz esses processos ao integrar a Direção Técnica com os Coordenadores Assistenciais, com a Comissão de Revisão de Óbitos e Prontuários, o Núcleo de Segurança do Paciente e demais comissões existentes, tendo como resultado a incorporação da cultura de segurança nas unidades.

A Vigilância da Mortalidade relacionada às causas externas demanda registros destacados no Sumário de Óbito, além do Boletim de Atendimento da Emergência, para que o encaminhamento ao IML seja completo com dados sobre o fato, eventualmente descrição de características de pacientes não identificados formalmente na admissão hospitalar. Como a característica de atendimento de Emergência que recebe esses pacientes com frequência não é comum a todas as unidades assistenciais, esse ilustra a necessidade de adaptação do Sumário de Óbito em cada situação.

A vigilância do Óbito Materno exige Notificação Imediata pelo MS, o que justifica ter nos sumários perguntas sobre óbito de mulheres em idade fértil, a propósito da possibilidade do ciclo gravídico fazer parte da linha do tempo que levou ao desfecho fatal e essa demanda se aplica a todas as unidades.

A vigilância da Mortalidade Fetal, Infantil e de Causa Indeterminada também merece destaque na exposição de motivos, por meio da integração do Núcleo Hospitalar de Epidemiologia com os profissionais da assistência e demais comissões.

A Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuário tem objetivos relacionados à qualificação dos registros da Declaração de Óbito na unidade, por meio de treinamento e educação continuada do corpo clínico, assim como a diminuição do número de Declarações de Óbito anuladas por questões de preenchimento incorreto e/ou rasuras. O impresso Sumário de Óbito, portanto, deve ser padronizado pela Comissão de Revisão de Prontuário em conjunto com os demais atores descritos, para que a sua utilização represente de fato o conteúdo para as ações necessárias na promoção da segurança do paciente.

Os coordenadores/chefes de serviço devem ser incluídos no fluxo sistemático de análise dos Sumários de Óbito e sua validação, com o objetivo de estreitar as relações entre a assistência e a estrutura voltada para a segurança do paciente. Pelo exposto, quando a Comissão de Revisão de Óbitos e Prontuários inicia sua reunião mensal, já tem reunidos todos os sumários e comentários dos chefes /coordenadores para identificação dos óbitos a esclarecer, que serão investigados, analisados e terão tratativas formais de ações necessárias após análise do Núcleo de Segurança do Paciente. Esse processo mensal terá um relatório com indicadores considerados relevantes acompanhados para identificação de oportunidades de aperfeiçoamento institucional, com maior segurança para os usuários e os profissionais.

Esta Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários está diretamente ligada à Diretoria de Saúde da Prima Qualitá Saúde e tem autonomia para implementação de suas recomendações técnicas, com apoio direto desta Diretoria.

3. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão iniciados imediatamente após a assinatura do Contrato.

3.2. Os serviços se dará com base nas condições previstas no presente Instrumento e nas demais legislações pertinentes à matéria, sem que configurem quaisquer condições de formação do vínculo empregatício, nem mesmo subordinação jurídica, entre a CONTRATANTE e os sócios e/ou prepostos, funcionários ou demais profissionais vinculados a CONTRATADA.

4. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Especificação das atribuições da especialidade médica a ser contratada:

Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional

4.2. Integrar as unidades de saúde, em benefício da segurança do paciente, quando forem identificadas oportunidades para aperfeiçoamento da estrutura e dos processos no cotidiano da assistência;

4.3. Monitorar o cumprimento das pactuações estabelecidas, de forma ordenada, oportuna, qualificada e equânime;

4.4. Monitorar a qualificação dos registros da Declaração de Óbito na unidade, por meio de treinamento e educação continuada do corpo clínico, assim como a diminuição do número de Declarações de Óbito anuladas por questões de preenchimento incorreto e/ou rasuras.;

4.5. Incluir os coordenadores/chefes de serviço no fluxo sistemático de análise dos Sumários de Óbito e sua validação, com o objetivo de estreitar as relações entre a assistência e a estrutura voltada para a segurança do paciente;

- 4.6. Compilar, consolidar dados e realizar a análise epidemiológica das demandas, identificando lacunas assistenciais e subsidiando ações de planejamento ou investimento e de controle;
- 4.7. Acompanhar todo o processo para garantir a qualidade do serviço prestado pelo Sistema de Revisão de Óbitos e Prontuários;
- 4.8. Supervisionar os documentos inerentes à assistência médica, registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários, inclusive por meio eletrônico, assim como outros determinados pela OSS;
- 4.9. Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos específicos.
- 4.10. Obedecer ao Código de Ética Médica.

5. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. A ordem de classificação do presente credenciamento se dará com base no somatório dos pontos representados pelos seguintes critérios:

5.1.1. 01 (um) ponto por cada pós-doutorado do Responsável Médico da PROPONENTE;

5.1.2. 01 (um) ponto por cada doutorado do Responsável Médico da PROPONENTE;

5.1.3. 01 (um) ponto por cada mestrado do Responsável Médico da PROPONENTE;

5.1.4. 01 (um) ponto por cada pós-graduação e/ou especialização do Responsável Médico da PROPONENTE;

5.1.4.1. Os documentos aptos a comprovação da formação acadêmica do Responsável Médico deverão ser apresentados em conjunto com os documentos de habilitação da PROPONENTE, cabendo, a critério da Prima Qualitá Saúde, a concessão de prazo para comprovação dos cursos listados na Proposta Técnica, em respeito ao interesse público envolvido no presente credenciamento, que busca a máxima eficiência na prestação dos serviços de saúde aos municípios de Saquarema, o que se entende estar diretamente ligado a qualificação técnica dos profissionais envolvidos na sua execução.

5.2. Como critério de desempate, será utilizado o maior tempo de conclusão da formação em Medicina do Responsável Médico da CONTRATADA, tendo como marco a data de emissão do CRM para formação da ordem de classificação e o cadastro de reservas;

5.3. Caso a empresa que se classifique como primeira colocada para o credenciamento não possua em seus quadros os profissionais para completar a escala de todos os períodos, serão convocadas as empresas seguintes constantes no cadastro de reservas, respeitando a ordem de classificação, para compor as escalas nos períodos em aberto;

5.3.1. No caso de convocação das demais colocadas constantes no cadastro de reservas, fica resguardado o direito de opção por enquadramento dos seus profissionais na escala para a Empresa que tenha a melhor posição na lista de classificação.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1. Declaração da proponente indicando o (s) Profissional (ais) médico (s) para prestação dos serviços;

6.1.1. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Contratante;

6.2. Cópia legível da carteira de identidade profissional do médico junto Conselho Regional de Medicina CRM/RJ, indicado na declaração solicitada no subitem 6.1;

- 6.3. Certidão de registro e quitação dos profissionais médicos que constam no subitem 6.1 junto Conselho Regional de Medicina CRM-/RJ;
- 6.4. Experiência profissional na área de Medicina. Esta experiência será comprovada por meio de declaração da instituição contratante no período que exerceu a atividade e/ou currículo;
- 6.5. Apresentação do Diploma de Conclusão em Medicina emitida pela Instituição responsável dos médicos indicados na declaração solicitada no subitem 6.1;
- 6.6. Apresentação da comprovação do vínculo dos Profissionais Médicos com a PROPONENTE;
- 6.7. Certidão de registro e quitação do Responsável Técnico da PROPONENTE junto ao Conselho Regional de Medicina (CRM);
- 6.8. Certidão do Registro da PROPONENTE no Conselho Regional de Medicina (CRM) emitida pelo órgão da circunscrição do domicílio ou sede da empresa.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e este Termo de Referência;
- 7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, pelo responsável pela execução do Contrato, que será posteriormente informado e especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.3. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação, que porventura venham a ser solicitado.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Em cumprimento às suas obrigações cabem à empresa contratada, além das obrigações daquelas estabelecidas em lei:
- 8.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- 8.1.2. Utilizar na execução dos serviços contratados profissionais devidamente capacitados para as respectivas áreas de atuação e devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina CRM/RJ;
- 8.1.3. Substituir o profissional que eventualmente despreze as diretrizes do presente Termo de Referência, do Ministério da Saúde e das legislações que regulamentam os serviços envolvidos no mesmo, a seu critério e/ou por solicitação da CONTRATANTE;
- 8.1.4. Designar por escrito no ato da assinatura do Contrato, funcionário que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências, durante a execução deste contrato;
- 8.1.5. Responder exclusivamente por qualquer dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da execução dos serviços previstos neste instrumento contratual, bem como, por qualquer acidente ocorrido com seus funcionários no desempenho de suas funções.
- 8.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, sempre que ocorrer quaisquer mudanças no Contrato Social da CONTRATADA, após a assinatura deste Contrato, devendo encaminhar através de Ofício, cópia

autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente.

8.1.7. Encaminhar a medição por carga horária dos serviços prestados para aprovação da CONTRATANTE.

8.1.8. Encaminhar, após a aprovação da medição, as notas fiscais, fatura referente aos serviços prestados para efetivação do pagamento pela CONTRATANTE.

8.1.9. Efetuar controle periódico dos trabalhos executados.

8.1.10. Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo Ministério da Saúde e cumprindo todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.11. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução do Contrato;

8.1.12. Efetuar os serviços designados pela CONTRATANTE, nos locais estabelecidos por esta;

8.1.13. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente por seus integrantes ou prepostos;

8.1.14. Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

9. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A fiscalização do Contrato caberá ao gestor do Setor de Contratos da Contratante, que poderá designar prepostos de outras áreas com conhecimento técnico para lhe auxiliar durante a execução dos serviços.

9.2. O representante da contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, no Instrumento Convocatório e seus Anexos, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle.

10. PRAZOS DO CONTRATO

10.1. A vigência do Instrumento Contratual será de 12 meses a contar de sua assinatura.

10.2. O Contrato de Prestação de Serviços oriundo da presente contratação poderá ser rescindido de forma antecipada, sem que seja devido qualquer valor à título de indenização para a CONTRATADA ou seus Prepostos além dos valores referentes aos serviços efetivamente prestados, ocorrendo a rescisão dos Contratos de Gestão gerenciados pela Organização Social Prima Qualitá Saúde, que da causa ao objeto do presente Contrato.

11. DOS PREÇOS

11.1. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços, objeto deste contrato, pelos preços à vista, constante na descrição do objeto deste Termo de Referência, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como despesas indiretas e demais despesas de qualquer natureza.

12. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

12.1. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

- a) No primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores;
- b) O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;
- c) Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, o CONTRATANTE atestará a medição mensal, comunicando à CONTRATADA, no prazo de 03 dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

13. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento se dará mensalmente, em até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de documento que ateste a prestação do serviço efetuado no mês anterior, com base no valor de cada hora efetivamente executada.

13.2. Em caso de irregularidade(s) no(s) serviço (s) executado(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

13.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A Contratada ficará obrigada a executar fielmente a prestação dos serviços, objeto proposto neste Termo de Referência – não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância da Fiscalização, à qual se compromete, desde já, submeter-se;

14.2. A simples apresentação de proposta indica, e fica assim entendido, que a Empresa dá plena concordância com todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.



ANEXO II

MODELO DE PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

Ao PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2023. A (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, vem por meio desta, requerer credenciamento para a prestação de serviços médicos, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob o critério de melhor técnica por item, conforme relação a seguir (deverão ser listados apenas os serviços que a empresa irá se credenciar):

Item	Descrição
1	Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional (20 Horas Semanais)

Declaro que: “Tenho conhecimento e concordo com todos os termos e condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório”.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs: O Pedido deverá ser apresentado em papel timbrado da empresa requerente.



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular, celebrando entre as partes, estando de um lado a instituição PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede à Travessa do Ouvidor, nº 21, sala 503, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Cep: 20040-040, inscrita no CNPJ sob nº 40.289.134/0001-99, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Sr. Matheus Rodrigues da Costa Neto, brasileiro, casado, empresário, portador do RG sob nº 104086715 IFP/RJ, inscrito no CPF sob nº 032.188.367-51, residente e domiciliado na cidade de Rio Bonito/RJ, doravante designada CONTRATANTE, e do outro _____ (qualificação completa), designada como CONTRATADA, por meio de seu representante legal _____ (qualificação completa), e do seu Responsável Técnico (qualificação completa), e seus profissionais que irão figurar como prestadores de serviços, com relação nominal acompanhada de visto e qualificação completa, em Anexo.

Considerando que a CONTRATADA se credenciou no Instrumento Convocatório de Credenciamento nº 013/2023, Processo 075/2023, realizado pela CONTRATANTE, onde concordou com todas suas condições, cujos Instrumento Convocatório e Termo de Referência fazem parte integrante do presente Contrato de Prestação de Serviços, que será regido pelas Cláusulas e Condições a seguir expostas, as partes entendem por livremente pactuar:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços médicos, sob o regime de empreitada por preço unitário, a serem realizados no XXXXX, constantes nos itens XX, XX e XX, do Instrumento Convocatório de Credenciamento nº 013/2023, com base nas especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I.

1.2. A prestação dos serviços se dará conforme quadro de serviços, valores, horas e escalas contratadas fixados no Anexo II, do presente Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com início na data de xxxxx de xxxxx de 2022, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos, se não houver manifestação de qualquer das Partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

www.primaqualitasaude.org

Prima Qualitá Saúde - CNPJ: 40.289.134/0001-99
Travessa do Ouvidor nº 21, Sala 503 - Centro - Rio de Janeiro – RJ - CEP 20040-040

A execução dos serviços se dará com base nas condições previstas no presente Instrumento, no Termo de Referência (Anexo I) e no Instrumento Convocatório nº 013/2023, sem que configurem quaisquer condições de formação do vínculo empregatício, nem mesmo subordinação jurídica, entre a CONTRATANTE e os sócios e/ou prepostos, funcionários ou demais profissionais vinculados a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** fica obrigada:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais, do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência;
- b) Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, pelo responsável pela execução do Contrato, que será posteriormente informado e especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto da contratação, que porventura venham a ser solicitado.
- e) Caso a Contratada tenha credenciado apenas um profissional para a execução do CONTRATO, admitir-se-á a título de preservação da saúde do prestador, 30 (trinta) dias de suspensão dos serviços, sem qualquer prejuízo ao presente contrato, para descanso do profissional vinculado ao credenciamento;
- f) Garantir aos Prepostos da CONTRATADA as condições de segurança, higiene e salubridade para a execução dos serviços, além de fornecer os equipamentos necessários, sendo a CONTRATADA, nesse caso, responsável pela guarda e bom uso dos mesmos, bem como pelos danos porventura causados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Sem prejuízo das disposições contidas neste Instrumento, a **CONTRATADA** estará obrigada a:

- a) Em cumprimento às suas obrigações cabem à empresa CONTRATADA, além das obrigações daquelas estabelecidas em lei;
- b) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

- c) Utilizar na execução dos serviços contratados profissionais devidamente capacitados para as respectivas áreas de atuação e devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina CRM/RJ;
- d) Substituir o profissional que eventualmente desrespeite as diretrizes do presente Termo de Referência, do Ministério da Saúde e das legislações que regulamentam os serviços envolvidos no mesmo, a seu critério e/ou por solicitação da CONTRATANTE;
- e) Designar por escrito no ato da assinatura do Contrato, funcionário que tenha poder para resolução de possíveis ocorrências, durante a execução deste contrato;
- f) Responder exclusivamente por qualquer dano ou prejuízo causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão de seus prepostos e/ou empregados, em decorrência da execução dos serviços previstos neste instrumento contratual, bem como, por qualquer acidente ocorrido com seus funcionários no desempenho de suas funções.
- g) Comunicar à CONTRATANTE, sempre que ocorrer quaisquer mudanças no Contrato Social da CONTRATADA, após a assinatura deste Contrato, devendo encaminhar através de Ofício, cópia autenticada do instrumento de alteração, devidamente protocolado pelo órgão fiscalizador competente.
- h) Encaminhar a medição por carga horária dos serviços prestados para aprovação da CONTRATANTE.
- i) Encaminhar, após a aprovação da medição, as notas fiscais, fatura, referente aos serviços prestados para efetivação do pagamento pela CONTRATANTE.
- j) Efetuar controle periódico dos trabalhos executados.
- k) Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo Ministério da Saúde e cumprindo todas as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- l) Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pelo CONTRATANTE para a execução do Contrato;
- m) Efetuar os serviços designados pela CONTRATANTE, nos locais estabelecidos por esta;
- n) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente por seus integrantes ou prepostos;
- o) Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, informando-a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA REMUNERAÇÃO, PRAZOS E FORMA DE PAGAMENTO

- a) O valor total estimado que deverá ser pago pela CONTRATANTE aos serviços prestados pela CONTRATADA, será de R\$ XXX (XXX), mensalmente, calculados sobre os valores unitários em face da quantidade de horas constantes nas medições realizadas, tendo por base o quadro de serviços, valores e escalas constante no Anexo II, do presente instrumento.

- b) O pagamento se dará mensalmente, em até 30 dias após a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada de documento que ateste a prestação do serviço efetuado no mês anterior, com base no valor de cada hora efetivamente executada.
- c) Em caso de irregularidade(s) no(s) serviço (s) executado(s) e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).
- d) Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- e) A CONTRATADA indica para pagamento a Conta Corrente abaixo discriminada, de sua titularidade:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONFIDENCIALIDADE

A **CONTRATADA**, seus sócios, prepostos e demais colaboradores, se comprometem a guardar em sigilo quaisquer documentos, dados, informações, produtos, materiais, entre outros componentes, absorvidos através da prestação de Serviços objeto do presente Contrato, ou que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, sejam eles de interesse da **CONTRATANTE** ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação sem a prévia anuência e concordância da **CONTRATANTE**, tanto durante a sua vigência, como também pelos próximos 05 (cinco) anos após o seu encerramento, sob pena de multa de o valor mensal previsto na Cláusula Sexta, sem prejuízo de arcar com as perdas e danos decorrentes do seu ato, apurado em processo judicial competente para esta finalidade.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE AUTORAL E INTELECTUAL

Os projetos, materiais, clientes, cadastros, modelos, técnicas, estudos, documentos, e demais atos desenvolvidos pela **CONTRATADA**, através de seus prepostos e/ou colaboradores, ao longo da vigência do presente Contrato e vinculados a sua execução, serão de propriedade autoral e intelectual da **CONTRATANTE**, cedendo a **CONTRATADA**, desde já e integralmente, para a **CONTRATANTE**, os direitos autorais patrimoniais a eles eventualmente vinculados, que fara pleno uso e gozo dos mesmos, a qualquer título e para qualquer finalidade de seu interesse, sem que a cedente faça jus a qualquer tipo de remuneração.

CLÁUSULA NONA – DA NÃO EXCLUSIVIDADE DE SERVIÇOS

O presente instrumento não forma obrigação de prestação de serviços de caráter exclusivo por parte da **CONTRATADA**, seus sócios, prepostos e demais colaboradores, devendo, contudo, respeitar a escala de prestação de serviços inclusa no Anexo II, firmada por comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO:

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - A lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

III - O atraso injustificado no início do serviço;

IV - A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

V - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a expressa e prévia autorização por parte da **CONTRATANTE**;

VI - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VIII - A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

IX - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

X - Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XI - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** decorrentes dos serviços, ou parcelas destes, já recebidos ou executados;

XII - A não liberação, por parte da **CONTRATANTE**, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XIII - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - A rescisão do Contrato de Gestão nº 033/2021, firmado com o Município de Saquarema, que da causa ao objeto do presente Contrato.

Parágrafo Único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES:

O atraso injustificado na execução do serviço objeto deste contrato sujeitará o adjudicado à multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor da parcela em atraso, por dia de atraso, multa esta que será descontada da fatura a ser paga.

Parágrafo Primeiro - Pela inexecução parcial ou total da obrigação, garantida a defesa prévia da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá aplicar multa indenizatória de até 10% (dez por cento) do valor total do objeto licitado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente pela **CONTRATANTE**, após instauração de regular procedimento administrativo.

Parágrafo Segundo - Sem prejuízo das demais cominações legais, a proponente poderá ficar impedida de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 05 (cinco) anos, nos casos de:

- a) Ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) Apresentação de documentação falsa para participação no processo seletivo;
- c) Retardamento da execução do processo seletivo, por conduta reprovável da **CONTRATADA**;
- d) Não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a declaração de vencedor e a ordem de início da execução do contrato;
- e) Comportamento inidôneo;
- f) Cometimento de fraude fiscal;
- g) Fraudar a execução do Contrato;
- h) Falhar na execução do Contrato.

Parágrafo Terceiro - Na aplicação das penalidades, a **CONTRATANTE** considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da empresa e, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas.

Parágrafo Quatro - A aplicação de qualquer penalidade será, obrigatoriamente, registrada no cadastro da **CONTRATADA** e precedida de regular processo administrativo, onde será assegurada o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO

Cada parte assume pelo presente que na data de início de vigência do Contrato não foi pela própria, nem pelos seus funcionários, oferecida, prometida, dada autorizada, solicitada, ou aceite qualquer



vantagem pecuniária indevida, ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza (nem foi dado implicitamente a possibilidade de vir a adotar qualquer uma destas condutas em algum momento futuro), que esteja sob qualquer forma conexa com o Contrato e que tomou as medidas razoáveis para evitar que subcontratantes, agentes ou quaisquer terceiros, sujeitos ao seu controle ou influência determinante, promovessem tais condutas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GESTÃO DO CONTRATO/NOTIFICAÇÕES

I. O representante da **CONTRATANTE** que será o Gestor de Contratos é o Sr. XXXX.

CONTRATANTE - PRIMA QUALITÁ SAÚDE

Travessa do Ouvidor, nº 21, Sala 503, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20040-040

Telefone: (21) XXX

Atenção: Sr. XXX

E-mail: XXX

II. A **CONTRATADA** nomeia o Sr. XXX, como seu preposto, que será o interlocutor perante a **CONTRANTE**, para garantir o cumprimento deste contrato.

CONTRATADA - XXX

ENDEREÇO XXX

Telefone: XXX

Atenção: Sr. XXX

E-mail: XXX

III. Todas as comunicações telefônicas ou verbais, que as partes mantiverem entre si, serão firmadas por escrito, exceto aquelas que visem simples providências.

IV. Havendo mudança dos gestores e/ou de qualquer dado aqui estabelecido, deverão as partes enviar imediata comunicação, com a indicação do novo gestor, devendo tal alteração ser incluída como aditivo do presente contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, sob pena de se reputar válida as comunicações feitas nos dados anteriormente informados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. A celebração do presente não implica em nenhuma espécie de sociedade, associação, solidariedade obrigacional, nem em qualquer responsabilidade direta ou indireta, seja societária, comercial, tributária, trabalhista, previdenciárias ou de qualquer outra natureza, nem em alienação

ou sucessão, seja entre as partes, seus empregados ou prepostos, seja perante terceiros, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada uma das partes.

2. As alterações de valores, escalas e serviços que venham a ser discutidos e aprovados pelas partes, deverão necessariamente ser objeto de Termo Aditivo.

3. É expressamente vedado à **CONTRATADA** a utilização de colaboradores menores, púberes ou impúberes, para a prestação dos serviços.

4. Qualquer omissão ou tolerância em exigir o estrito cumprimento de quaisquer termos ou condições deste contrato, ou em exercer direito dele decorrente, não constituirá renúncia a eles e não prejudicará assim, a faculdade de qualquer das partes em exigí-los ou exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO DO CONTRATO

As Partes elegem o foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro como o competente para dirimir eventuais questões relacionadas ao presente acordo, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por fim justos e contratados, na presença das testemunhas abaixo assinadas, firmam o presente contrato em 02 vias de igual teor e forma, com rubrica aposta às páginas precedentes para que surta os efeitos legais e jurídicos, obrigando-se os contratados.

Rio de Janeiro, xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2023.

Contratante: _____

Razão Social CONTRATANTE

Contratada: _____

Razão Social CONTRATADA

Representante Legal: _____

Qualificação completa

Responsável Técnico: _____

Qualificação completa

Preposto vinculado ao Contrato : _____

Qualificação completa



Testemunhas:

Nome: _____

CPF:

Nome: _____

CPF:



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DA PROPONENTE INDICANDO O RESPONSÁVEL (EIS) TÉCNICO (S) GERAL PELA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao PROJETO SOCIAL CRESCE COMUNIDADE – PRIMA QUALITÁ SAÚDE. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2023.

A (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, vem por meio desta, indicar os responsáveis técnicos para a prestação dos serviços, conforme relação a seguir (**deverão ser listados apenas os serviços e número de postos que a empresa irá se credenciar**):

Item	Descrição	Profissionais	Profissionais Médicos
1	Coordenação de Revisão de Óbitos e Prontuários Institucional (20 Horas Semanais)	1	

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs.: Havendo compatibilidade de carga horária, poderá ser indicado o mesmo responsável técnico médico para mais de um posto de trabalho.